

Polêmica pode levar sangue para votação

As questões da saúde ocupacional e da estatização da comercialização do sangue e dos hemoderivados devem mesmo ser decididas no voto. Após mais de 10 horas negociando, as partes interessadas não chegaram a um consenso. Com relação ao primeiro ponto, o **Centrão**, por exemplo, quer manter a função sobre o controle do Ministério do Trabalho, a responsabilidade da engenharia sanitária. As esquerdas, no entanto, acham que esse tópico deve estar englobado no Sistema Único de Saúde. Um outro ponto que também vem provocando um endurecimento das posições é quanto a execução ou não pelo Estado das ações e serviços de saúde.

O PMDB e o PT querem ver assegurado ao poder público a execução e a promoção da execução, por meio de terceiros, dos serviços de saúde, mas o **centrão** não aceita, sob o argumento de que essa fórmula "estatizante" acabaria por inviabilizar a medicina privada. Entretanto, conforme garantiu o relator da Comissão de Saúde, senador Almir Gabriel, nada disso serve como argumento, pois a participação da iniciativa privada já está garantida no artigo 232, onde está escrito que "a assistência à saúde é livre à iniciativa privada".

O que na verdade está provocando o acirramento das posições é o que está contido no parágrafo 1º do mesmo artigo, onde estão assentadas as bases da relação de trabalho entre o setor

público e o privado. Pelo que ficou previamente acordado desde os primeiros encontros, a participação do setor privado no Sistema Único de Saúde, se daria por meio de convênio e/ou contrato com o poder público, tendo as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos prioridade. O **Centrão** não aceita totalmente a redação, pois acredita que essas condicionantes colocam uma "camisa-de-orce" na iniciativa privada.

No restante dos artigos relativos ao setor saúde os acordos já estão consumados, sendo que o mais relevante é o que constitucionaliza o Sistema Único de Saúde. Pelo texto do acordo, esse novo sistema será composto por uma rede regionalizada e hierarquizada de serviços. Será descentralizado, como uma única direção (colegiado) em cada nível de governo, sendo responsável pelo atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem contudo prejudicar as atividades meramente assistenciais. Um dos grandes avanços apontados com relação ao sistema de saúde existente é a participação da comunidade, por meio dos conselhos sanitários.

Todas essas questões foram longamente discutidas ontem. Após mais de nove horas de debates, o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) disse que a participação da livre iniciativa na área da saúde já está garantida.



Nada de votação: o máximo que se conseguiu reunir foi 275 constituintes, conforme o registro do painel

Feriadão atrasa a Ordem Social

Ao contrário do que previam as lideranças partidárias, o polémico título da Ordem Social não pôde começar a ser votado ontem, por falta de quorum. As 16h30, havia apenas 275 constituintes em plenário e o presidente Ulysses Guimarães foi obrigado a encerrar a sessão, não sem um prévio desabafo.

Não há motivos para que o quorum não seja atingido. A Mesa lamenta que apesar dos esforços envolvidos não seja possível a votação e vai reiterar o que tem feito, convocando os constituintes para comparecerem amanhã (hoje) às 14h30, através de telefone, telegramas, todos os meios.

A expectativa de que a falta de acordo sobre saúde impedisse o início da vota-

ção do título ainda ontem levou muitos constituintes a marcar só para hoje a viagem de volta a Brasília. Foi mais um feriadão prolongado que, para a maioria da Assembleia, começou na quinta-feira, quando não houve votação — apenas uma sessão solene comemorativa do centenário da abolição.

Como outros feriadões do gênero, este também contribuiu para atrasar ainda mais a promulgação da nova Carta e irritar bastante Ulysses. O presidente entrou no plenário às 16h10m, mudando imediatamente o ritmo lento com que se arastava o pinga-fogo.

— Ocupem seus lugares! Ocupem seus lugares! Vamos proceder à verificação de quorum. Ocupem seus

lugares! — começou Ulysses, tocando freneticamente a campainha. Vinte minutos depois, o painel registrava a presença de apenas 261 constituintes e não havia mais ninguém na fila dos postos avulsos. Mesmo assim, Ulysses ainda resistiu por dez minutos antes de decidir encerrar a sessão, mas os retardatários não foram suficientes para permitir a continuação dos trabalhos.

Embora ainda não tivesse sido fechado o acordo sobre a questão da saúde, as lideranças pretendiam aprovar o substitutivo do **Centrão**, como texto-base da Ordem Social, e o primeiro capítulo do título, que contém apenas um artigo, com as disposições gerais sobre o tema.



Brandão Monteiro

PDT recorre para anular a votação

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal da decisão tomada pela Mesa diretora da Constituinte sobre seu pedido de nulidade da votação do destaque defendido pelo **Centrão**, que tornou inotável a propriedade produtiva para fins de reforma agrária. Ontem, depois de ouvir do presidente Ulysses Guimarães que mesmo que seus argumentos estivessem corretos não seriam suficientes para prejudicar a apreciação da matéria, Brandão requereu a certidão do ato da Mesa para providenciar a entrada do recurso no STF. Junto à Constituinte, ele assegura, não há outra maneira de tentar a impugnação da decisão registrada há uma semana.

Na avaliação da Mesa, prevalece o princípio de que "não há contaminação do todo em decorrência da irregularidade de uma parte destacável, a não ser que a parte eivada de vício seja essencial à validade do ato, o que não é o caso". O documento apresentado por Ulysses Guimarães assegura que todos os aspectos formais do Destaque para Votação em Separado (DVS) apresentado pelo **Centrão**, tendo como primeiro signatário o deputado Aloysius Paulinelli, foram atendidos e que a irregularidade denunciada por Brandão Monteiro — fraude nas assinaturas dos deputados Aécio Neves (PMDB/MG) e Fábio Feldmann (PMDB/SP) — não foi constatada na comparação dos respectivos autógrafos com os que foram registrados pelos constituintes, em livro próprio da Mesa.

Baseada em uma das exigências para a apresentação de Destaque para Votação em Separado — 187 signatários para uma proposição apresentada — a Mesa também deu como cumprido o número de assinantes. O DVS de Paulinelli continha 199 assinaturas. Por isso, mesmo anuladas as duas assinaturas por fraude, a votação do destaque não seria invalidada. A decisão se baseou ainda no artigo 153 do Código Civil, que estabelece: "A nulidade parcial de um ato não prejudicará na parte válida, se esta for separável".

Brandão contesta este argumento apresentado pela Mesa e o considera um "equivoco", porque julga o caso com base na Justiça Eleitoral. "O ato administrativo é totalmente legal ou é ilegal", ressalta o líder do PDT. "Estamos diante de uma ocorrência de falsidade ideológica de documento. Seu uso falso o invalida", lembra ainda. Para ele, a Mesa avaliou seu pedido de impugnação comparando a votação em plenário com uma eleição. A Justiça eleitoral permite a nulidade dos votos de algumas urnas, mas o candidato pode se considerar eleito se obtiver número em outras urnas, ou "não há contaminação do todo em decorrência da irregularidade de uma parte".

AnCunho
VISTO, LIDO E OUIDO

Se a barriga está vazia não se tem soberania

Tenho ouvido, principalmente nos últimos tempos, muita coisa sobre soberania, e em particular, quando se fala em capital estrangeiro. O dinheiro vindo de alem-mar está parecendo aos brasileiros como algo espúrio, e inconfessável, quando, na verdade, sem ele, nenhum país pobre poderá sobreviver.

Quando se fala em qualquer coisa com relação às nossas riquezas, logo vem a expressão de "quebra da soberania nacional", como se nós pudessemos viver da brisa que balouça o pavilhão brasileiro.

Os outrora arrogantes alemães, os snobs franceses, os desleixados italianos, e tudo mais que compõe a comunidade europeia, estavam vivendo o mesmo ideal. O importante é poder comprar, e abrir fronteiras. Os Estados Unidos e o Canadá já sentiram a reação, e estão tratando de também abolir fronteiras, unir os mercados, para que todos sejam favorecidos. Enquanto isso, o Brasil, na sua pobreza de dentes careados e pés descalços, mantém uma falsa soberania, como se quem deve o que nós devemos pudesse viver sem ter contas fiscalizadas, e atendendo a determinações.

É preciso acabar com essa idéia de soberania nacional, em nome do bom senso. O que nós precisamos é crescer, e conviver com todos os povos, é abrir mercados, e não fechá-los, sob alegação de que o capital estrangeiro é colonizador.

O maior exemplo disso é o que está acontecendo com a informática, onde nós estamos na idade da pedra lascada, mas com muito orgulho defendemos o que é nosso. Para tanto, temos que viajar para outros países e trazer o progresso de contrabando.

Não é soberania, coisa deste preço.

História de Brasília

Jóquei Clube — Quando a cidade estava em formação, apareceu um grupo de turistas e pediu ao Dr. Israel Pinheiro que se delimitasse uma área para o Jóquei Clube de Brasília. Houve a promessa sempre presente de que aqui grandes craques nacionais fariam sucesso e o presidente da Novacap determinou que se criasse uma área. Naquela época, não havia o Guarã, e a escolha recaiu sobre a região próxima às chácaras.

O Dr. Israel autorizou uma gleba ocupando 8,5 hectares. Por um erro de datilografia o Jóquei Clube tem, hoje, tanto quanto 85 hectares. E que a datilografia não respeitou a vírgula entre os dois algarismos.



Ulysses coordena, evitando temas polêmicos

Ulysses evita voto e mantém-se neutro

Associar a figura do deputado Ulysses Guimarães à Constituinte é até uma questão de reflexo condicionado. Além de presidente da Assembleia, Ulysses foi o primeiro político a defender a elaboração de uma nova Carta Magna, ainda no início da década de 70, em sua pregação de anticandidato à Presidência da República. Quando a Constituição ficar pronta, contudo, Ulysses será o único constituinte a não ter contribuído com o seu voto para a inscrição de uma só linha do texto. Por um motivo muito simples: o Regimento Interno, em seu artigo 5º, impede o presidente de votar, exceto em caso de empate.

O que à primeira vista parece uma restrição, na verdade é uma vantagem política para o deputado paulista. Desobrigado de votar, Ulysses consegue manter-se perfeitamente equidistante dos diferentes grupos que se confrontam na Constituinte. Para quem preside um partido como PMDB, que é uma verdadeira salada ideológica, não poderia haver melhor trunfo que a neutralidade. Foi assim que, excusando o sistema presidencialista de governo, que defendeu com unhas e dentes, Ulysses não se pronunciou a respeito de nada — nem mesmo sobre os temas mais polêmicos da Constituinte.

MINERVA

Desde que o projeto constitucional chegou ao plenário, a evidente necessidade de acordo prévio para a aprovação de qualquer matéria vem eximindo Ulysses de utilizar até mesmo o chamado voto de Minerva, que o Regimento lhe facultava em caso de empate. Nas

Negociação evoluiu muito

Nem **Centrão**, nem Sistematização. O que um grupo de 38 constituintes médicos pretendem é um texto para a área de Saúde que "não chegue a ser tão estatizante" quanto o proposto pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), e nem tão "privatista" como quer o setor mais conservador da Constituinte. Essas observações foram feitas pelo deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), médico e proprietário de dois hospitais em Serra Talhada (PE). Segundo ele, apenas 13 dos 51 médicos congressistas defendem a estatização do setor, o que causaria "um verdadeiro caos" na medicina brasileira, já que 85% da demanda nacional é atendida pelo setor privado.

Foi com essa preocupação que os 38 parlamentares se reuniram na semana passada, tentando chegar a um texto que atendessem os diversos setores representados no Congresso. O ponto de maior atrito é o artigo 231 da Sistematização, que incumbe o poder público de regulamentar, controlar e executar as ações e serviços de saúde. Um acordo travado entre o grupo liderado por Inocêncio, os deputados Joffran Frejat (PFL-DF), Adolfo Oliveira (PL-RJ) e mais o senador Almir Gabriel (PMDB-PA) — todos médicos com o último representando a ala ligada ao senador Mário Covas (PMDB-SP), possibilitou a confecção de um novo texto, desta vez de consenso.

Por ele, "as ações e serviços de saúde são de natureza pública, cabendo ao Estado a sua regulamentação, fiscalização e controle, sendo a execução feita diretamente ou através de terceiros". A vantagem desistiu da iniciativa privada, tornando o sistema "mais realístico" com a situação do Brasil, onde 85% dos serviços prestados pelo INAMPS são contratados das empresas particulares.

SUDS MANTIDO

O deputado Inocêncio de Oliveira disse que desde a primeira hora seu grupo tem defendido a manutenção dos Serviços de Saúde do Sistema Único de Saúde, mas apenas para o setor público. De acordo com o parlamentar a mesma opinião foi expressada pelo presidente da Associação Médica Brasileira, Antônio Nassif. O princípio obedecido, diz Inocêncio, é muito simples — existem 76 órgãos governamentais atuando nessa área, o que propicia uma grande dispersão dos recursos — por esse motivo foi acordado a criação do SUDS público, que não envolva a iniciativa privada.

Pensando nisso é que foi acordado a instalação de um artigo ressaltando a participação da empresa particular através de contrato ou convênio, na execução da política de saúde.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Outra modificação proposta pelo grupo de 38 médicos é em relação à participação do capital estrangeiro. Ao contrário da Sistematização, eles permitem que as empresas assim enquadradas, e que já atuam no País, permaneçam como estão. Proibem, entretanto, o acesso de novos. As propostas de uma política nacional de medicamentos, assim como a de hemoderivados e insumos farmacêuticos contidos no texto da comissão de Sistematização, segundo Inocêncio, deverão ser aprovadas.



Inocêncio

matização, segundo Inocêncio, deverão ser aprovadas.

DESACORDO

O deputado Inocêncio de Oliveira disse ter recebido com "surpresa" a notícia de que o acordo havia sido quebrado pelo **Centrão**. A reticência desse grupo é em aceitar a versão apresentada para o artigo 231 do texto da Sistematização. O fato acabou suspendendo a sessão de ontem, que votaria o primeiro capítulo do Título VIII, da Ordem Social.

"A situação será contornada", afirmou Inocêncio. No final da tarde ele foi procurado pelos deputados Raimundo Bezerra (PMDB-CE) e Ruy Nedel (PMDB-RS), enviados por Covas para reticência das negociações. O parlamentar pernambucano disse acreditar que hoje mesmo o plenário apreciará o texto acordado. Mesmo que permaneçam alguns desentendimentos quanto à segurança social e à participação de entidades como Sesc, Senai e Senar nos serviços assistenciais de saúde.

"ABERRAÇÃO"

Os pontos que estatizam a prestação dos serviços de saúde, no texto da Sistematização, começam logo no início do capítulo. O artigo 231, parágrafo primeiro, por exemplo, permite a participação privada apenas de forma "supletiva em contrato de direito público". O dispositivo é considerado "uma aberração" pelo deputado Inocêncio de Oliveira. Para ele a frase tem como significado o contrato unilateral, de cunho "leonino" por ser imposto por apenas um lado.

Em outro parágrafo quando a lei diz que "cabe ao poder público a execução" da política de saúde, ela acaba com qualquer concorrência do setor privado. "Não cabe mais nada aos particulares", diz Inocêncio, acrescentando que o quadro se torna "irreal", principalmente porque no Brasil são os particulares que têm a maior participação no mercado.

FINANCIAMENTO

Ainda de acordo com Inocêncio, a União deverá continuar financiando a construção de órgãos de saúde, mesmo que de iniciativa privada. Devendo entretanto cortar qualquer tipo de subvenção a esse setor. Para melhorar a atuação das empresas privadas no atendimento ao público, principalmente dos carentes, o parlamentar irá apresentar lei ordinária obrigando os hospitais ao atendimento de qualquer doente, independente de situação financeira ou convênios.

Educação pode ter acordo global

Os constituintes envolvidos na negociação do capítulo sobre a educação reunem-se hoje para tentar um acordo global que poderá ser formalizado através de uma emenda resultante da fusão de várias propostas. Os pontos mais polêmicos são a gratuidade do ensino público em todo os níveis, o salário-educação, e a concessão de bolsas de estudo. Para todos esses itens já foram discutidas alternativas para um consenso.

A questão mais grave, segundo o deputado Octávio Elisio (sem partido-MG), é a gratuidade do ensino público.

— Este é um princípio do qual não podemos abrir mão. Não é possível que o texto constitucional não contenha esse princípio republicano.

O **Centrão**, de acordo com Octávio Elisio, argumenta que há escolas criadas mas não mantidas pelo poder público (fundações de ensino superior municipais e estaduais), que não poderiam ser atingidas pela gratuidade. Para contornar este problema, os progressistas estão dispostos a aceitar uma redação que estabeleça a gratuidade nas escolas oficiais mantidas pelo poder público.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que foi ministro da Educação e negocia pelo PFL junto com coordenadores do **Centrão**, é autor de uma emenda estabelecendo que o ensino superior só será gratuito para quem tiver carência de recursos e bom aproveitamento. Mas diante da necessidade de um entendimento, aceita a solução que os progressistas estão dispostos a acolher. E acha que a contrapartida deve ser o apoio, pelos progressistas, da tese do **Centrão** de que o salário-educação não deve destinar-se apenas às escolas públicas, mas também às particulares.

— A atual destinação do salário-educação "teve ser mantida — suste — ou o senador. Hoje há 846 mil alunos em escolas particulares com o salário-educação. Se o benefício for só para a escola pública, será transformado em imposto, e resultará num problema de mais 846 mil vagas.

Em relação às bolsas de estudo, o que se examina é a definição de Octávio Elisio, "uma proposta que fuja do usual, de uma bolsa que não resolve o problema do aluno carente e que institucionaliza um sistema

espúrio, de clientelismo, político-partidário". A disposição dos progressistas é definir que a concessão de bolsas de estudo poderá ocorrer quando não houver vagas nas escolas públicas, enfatizar que o investimento no ensino público é prioridade, e remeter a matéria para a JEL.

A destinação das verbas públicas, um item sempre apontado como polêmico, deverá ser a que está explicitada no projeto da Comissão de Sistematização: "Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias definidas em lei, que provem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação, e que prevejam a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades".

Na hipótese de não haver acordo global, os pontos conflitantes ficarão fora da emenda de fusão. Mas Bornhausen acredita no entendimento:

— Se não houver radicalismo, poderá ser feito um emendão.

espúrio, de clientelismo, político-partidário". A disposição dos progressistas é definir que a concessão de bolsas de estudo poderá ocorrer quando não houver vagas nas escolas públicas, enfatizar que o investimento no ensino público é prioridade, e remeter a matéria para a JEL.

A destinação das verbas públicas, um item sempre apontado como polêmico, deverá ser a que está explicitada no projeto da Comissão de Sistematização: "Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias definidas em lei, que provem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação, e que prevejam a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades".

Na hipótese de não haver acordo global, os pontos conflitantes ficarão fora da emenda de fusão. Mas Bornhausen acredita no entendimento:

— Se não houver radicalismo, poderá ser feito um emendão.



Covas e Richa articulam-se entre os históricos; temor agora é descumprir acordo

Covas exige que o Centrão cumpra acordos já votados

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, teme que o **Centrão** descumpra os acordos votados até agora, apresentando emendas supressivas a eles no segundo turno de votação.

Os acordos foram feitos para valer em todas as votações. Espero que isso seja cumprido até o final. Mas como eles têm mudança de idéia seguidamente,

vamos aguardar para ver o que fazer — disse Covas.

O líder do PMDB lembrou que vários temas foram votados depois de exaustivas negociações, quando foram derrubados, em consequência de acordos, os textos do **Centrão** e da Sistematização.

— Em várias ocasiões, nós votamos um novo texto do relator. Foi assim no direito de propriedade, foi assim no direito a greve. Isto

tem que ser cumprido em todos os momentos da Constituinte. Se não, de que adianta fazer um acordo? Indagou Covas.

No momento, Covas não pretende tomar nenhuma iniciativa em relação às ameaças de membros do **Centrão** de romper os acordos feitos nas outras fases. O líder vai esperar a iniciativa do grupo para, então, ver o que poderá fazer.